



Anais da Assembléia

Nº 138

CURITIBA, QUARTA-FEIRA, EM 07 DE OUTUBRO DE 1992

ANO XVIII

MESA DIRETORA

ANIBAL KHURY

Presidente - PTB

ALGACI TÚLIO

1º Vice-Presidente - PDT

HEINZ GEORG HERWIG

2º Vice-Presidente - PSDB

JOÃO BATISTA DE ARRUDA

1º Secretário - PFL

ADEMAR LUIZ TRAIANO

2º Secretário - PTB

DALTON MACHUCA

3º Secretário - PL

LOURENÇO FREGONESE

4º Secretário - PRN

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

LIDERANÇAS

PMDB – Governo Deputado ORLANDO PESSUTI
PRN Deputado NELSON ROBERTO DE PLÁCIDO E SILVA JUSTUS
PFL Deputado PLAUTO MIRÓ GUIMARÃES FILHO
PDT Deputado PAULO MAIA
PTB Deputado ERONDY SILVÉRIO
PSDB Deputado ANTÔNIO MARTINS ANNIBELLI
PT Deputado FLORISVALDO FIER (Dr. Rosinha)
PL Deputado JOSÉ COLOMBINO GRASSANO
PST Deputado GERALDO CARTÁRIO

REPRESENTAÇÃO PARTIDÁRIA

PMDB - 12 Arlindo Troian - Orlando Pessuti - Renato Guimarães Adur - Dobrandino Gustavo da Silva - Severino Félix Pessoa - Djalma de Almeida César - Cleiton Kiele Bordini Crisóstomo - Domingos Faustino de Carvalho - Antonio Toti Colaço Vaz - • Eurides Moura - • José Tavares da Silva Neto - • Oswaldo Trevisan - **Suplentes:** Luiz H. Bona Turra - Nereu Alves de Moura; **PST - 8** João Preis - Nilton Roberto Barbosa - Neivo Antonio Beraldi - Dirceu Silveira Manfrinato - Luiz Carlos Martins Gonçalves - Edson Silva Lino - Geraldo Cartário Ribeiro - José Artur Ritti; **PRN - 04:** Luiz Carlos Alborghetti - Valdir Luiz Rossoni - Lourenço Fregonese - Nelson Roberto de Plácido e Silva Justus; **PFL - 08:** Antônio Costenaro Neto - João Batista de Arruda - Élio Lino Rusch - Basílio Zanusso - Duffio Genari - Plauto Miró Guimarães - Luiz Antonio Penteado Setti - Nelson Garcia - **Suplentes PFL e PRN:** Júlio Bufon - José da Silva Reis - Voldimir Mirão Mastrovicz; **PDT - 06:** César Augusto Carollo Silvestri - Emilia de Salles Belinati - Rafael Valdomiro Greca de Macedo - Algaci Osmário Túlio - Albino Corazza Neto - Paulo Maia de Oliveira - **Suplentes:** Namir A. Piacentini - Luiz Carlos Zuk - Valderi Mendes Vilela; **PTB - 06:** Erondy Silvério - Anibal Khury - José Alves dos Santos - João Falavinha Iensen - Ademar Luiz Traiano - Mário Bezerra Guimarães - **Suplentes:** Nilton César Servo - Geraldo Atsumi Yamada - Aldemir João Manfron; **PSDB - 04:** Antônio Martins Annibelli - Heinz Georg Herwig - Hermas Eurides Brandão - Alceu Antonio Swarowski - **Suplentes:** Tadeu Lúcio Machado - José Boiko - Paulino José Delazeri; **PT - 03:** Ovídio José Constantino - Emani Pudell (Licenciado) - Florisvaldo Fier (Dr. Rosinha) - • Lygia Lumina Pupatto - **Suplentes:** Perides de H. Mello; **PL - 03:** José Colombino Grassano - Dalton Machuca - Carlos Xavier Simões - **Suplentes:** Delvino Longhi - Mário Vargas J. da Rocha. **Deputados Licenciados:** Luiz Carlos Cafo Quintana - Secretário de Estado - Casa Civil; José Durval Mattos do Amaral - Secretário de Estado do Trabalho e da Ação Social; José Afonso Júnior - Secretário de Estado de Esporte e Turismo. -
(•) SUPLENTE no exercício do mandato de Deputado.

**2ª SESSÃO LEGISLATIVA DA 12ª LEGISLATURA
ATA DA 92ª SESSÃO ORDINÁRIA
REALIZADA EM 07 DE OUTUBRO DE 1992**

(QUARTA-FEIRA)

Presidência do Senhor Deputado Heinz Herwig, secretariada pelos Senhores Deputados Lourenço Fregonese e Ademar Traiano.

A hora regimental é registrada a presença dos seguintes Senhores Deputados: Anibal Khury, Heinz Herwig, João Arruda, Ademar Traiano, Lourenço Fregonese, Alceu Swarowski, Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Costenaro Neto, Dirceu Manfrinato, Dobrandino da Silva, Domingos Carvalho, Duílio Genari, Edson Silva Lino, Élio Rusch, Emilia Belinati, Erondy Silvério, Eurides Moura, Geraldo Cartário, Hermas Brandão, João Iensen, João Preis, José Alves, José Arthur Ritti, José Tavares, Lygia Pupatto, Luiz Antonio Setti, Luiz Carlos Alborghetti, Luiz Carlos Martins, Mário Bezerra, Nelson Garcia, Nelson Justus, Nilton Barbosa, Orlando Pessuti, Paulo Maia, Plauto Miró Guimarães, Renato Adur, Rossoni, Severino Félix e Toti Colaço (40). Achando-se ausentes os seguintes Srs. Deputados: Algaci Túlio, Dalton Machuca, Albino Corazza, Antônio Annibelli, Arlindo Troian, Carlos Simões, Cezar Silvestri, Colombino Grassano, Djalma de Almeida César, Doutor Rosinha, Neivo Beraldin, Oswaldo Trevisan, Ovídio Constantino e Rafael Greca de Macedo (14).

Verificada a existência de número legal, o Senhor Presidente declara aberta a

S E S S Ã O.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO - Procede à leitura da Ata da Sessão anterior, a qual foi aprovada sem observações.

O 1º SECRETÁRIO - procede à leitura do seguinte

E X P E D I E N T E:

Mensagens:

MENSAGEM Nº 71/92

Curitiba, 21 de setembro de 1992.

Senhor Presidente.

Nos termos do art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Assembléia, o incluso anteprojeto de lei que objetiva reajustar na forma que especifica, a partir de 1º de setembro de 1992, os salários

do pessoal da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT. Visa ainda, conceder abono provisório aos servidores da referida Autarquia, nas datas e percentuais que menciona, assim como alterar os Planos 1 e 3, do Plano Unificado, de Cargos e Salários, de que trata o Decreto nº 7.447, de 22 de novembro de 1990.

O Plano de Lei ora proposto decorre do resultado de estudos feitos pela Secretaria de Estado da Administração, os quais me foram encaminhados pelo Titular daquela Pasta através do Ofício nº 986/92, de 18.09.92, acompanhados de Exposição de Motivos do seguinte teor:

"O reajuste proposto, na forma do anteprojeto de lei em anexo, restabelece, aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, a igualdade de índices de reajustes salariais anteriormente concedidos ao funcionalismo em geral.

Prevê ainda, o anteprojeto de lei em seu Anexo II, o início da implementação da correção das distorções resultantes da implantação do Plano Unificado de Cargos e Salários - PUCS, adaptando os cargos operacionais específicos do setor portuário às condições e denominações prescritas na normatização legal que disciplina a aposentadoria especial da categoria.

A título de exemplo do que vem ocorrendo atualmente, informamos que o Instituto Nacional de Seguro Social - INSS, não tem aprovado os pedidos de aposentadoria dos ocupantes do emprego de Encarregado de Navio, apesar das funções serem as mesmas dos emprego de Conferente de Capatazias."

Certo de que a medida proposta merecerá dessa colenda Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os salários do pessoal regido pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, ficam, a partir de 1º de setembro de 1992, reajustados na forma do Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Aos servidores da Administração dos Portos de Paranaguá e Antonina - APPA, regidos pela Consolidação das Leis do Trabalho - CLT, fica concedido abono provisório, a ser pago em 04 (quatro) parcelas mensais, nas seguintes bases:

I - 1ª parcela - 60% (sessenta por cento) do valor total da remuneração do mês de novembro de 1991;

- II - 2.^a e 3.^a parcelas - 100% (cem por cento) do valor total da remuneração do mês de fevereiro de 1992; e
- III - 4.^a parcela - 30% (trinta por cento) do valor total da remuneração do mês de setembro de 1992.

Parágrafo Único - O abono de que trata este artigo será devido aos servidores que estiveram em exercício no período de junho a dezembro de 1991, na Administração

dos Portos de Paranaguá e Antonina.

Art. 3º - Fica alterado o Plano 1 e o Plano 3, do Anexo do Decreto nº 7.447, de 22 de novembro de 1990, na forma do Anexo II desta Lei.

Art. 4º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I

Tabela 1

PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALÁRIOS - PUCS

PLANO 3

SETEMBRO / 92

NÍVEL	A	B	C	D	E	F	G
301	883.222,08	900.145,84	924.025,59	948.794,86	974.483,96	1001.128,57	1028.763,45
302	948.794,86	974.483,96	1001.128,57	1028.763,45	1057.425,41	1087.152,87	1117.986,92
303	1028.763,45	1057.425,41	1087.152,87	1117.986,92	1149.966,67	1183.134,72	1217.538,42
304	1117.986,92	1149.966,67	1183.134,72	1217.538,42	1253.220,20	1290.228,56	1328.614,16
305	1217.538,42	1253.220,20	1290.228,56	1328.614,16	1368.426,46	1409.718,63	1452.545,96
306	1328.614,16	1368.426,46	1409.718,63	1452.545,96	1496.968,12	1543.040,70	1590.826,79
307	1452.545,96	1496.968,12	1543.040,70	1590.826,79	1640.388,28	1691.794,61	1745.109,36
308	1590.826,79	1640.388,28	1691.794,61	1745.109,36	1800.410,27	1857.765,17	1917.254,15
309	1745.109,36	1800.410,27	1857.765,17	1917.254,15	1978.954,00	2042.947,47	2109.323,27
310	1917.254,15	1978.954,00	2042.947,47	2109.323,27	2178.163,97	2249.566,07	2323.624,24
311	2109.323,27	2178.163,97	2249.566,07	2323.624,24	2400.434,90	2480.102,65	2562.732,49
312	2323.624,24	2400.434,90	2480.102,65	2562.732,49	2648.434,71	2737.322,38	2829.516,36
313	2562.732,49	2648.434,71	2737.322,38	2829.516,36	2925.138,87	3024.318,67	3127.182,75

A N E X O I

PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS Tabela 2

P L A N O 2

SETEMBRO / 92

NIVEL	A	B	C	D	E	F	G
201	890.631,80	916.178,63	942.753,63	970.404,63	999.170,12	1029.098,19	1060.235,72
202	970.404,63	999.170,12	1029.098,19	1060.235,72	1092.627,32	1126.329,92	1161.390,84
203	1060.235,72	1092.627,32	1126.329,92	1161.390,84	1197.869,24	1235.819,38	1275.302,79
204	1161.390,84	1197.869,24	1235.819,38	1275.302,79	1316.379,54	1359.115,19	1403.574,36
205	1275.302,79	1316.379,54	1359.115,19	1403.574,36	1449.831,77	1497.955,98	1548.020,85
206	1403.574,36	1449.831,77	1497.955,98	1548.020,85	1600.109,33	1654.299,53	1710.680,98
207	1548.020,85	1600.109,33	1654.299,53	1710.680,98	1769.335,94	1830.359,57	1893.847,28
208	1710.680,98	1769.335,94	1830.359,57	1893.847,28	1959.896,49	2028.615,58	2100.107,61
209	1893.847,28	1959.896,49	2028.615,58	2100.107,61	2174.488,92	2251.868,39	2332.375,61
210	2100.107,61	2174.488,92	2251.868,39	2332.375,61	2416.134,46	2503.272,18	2593.929,43
211	2332.375,61	2416.134,46	2503.272,18	2593.929,43	2688.248,33	2786.374,69	2888.460,51
212	2593.929,43	2688.248,33	2786.374,69	2888.460,51	2994.671,80	3105.168,64	3220.126,79
213	2888.460,51	2994.671,80	3105.168,64	3220.126,79	3339.728,04	3464.159,32	3593.613,29

ANEXO I

PLANO UNIFICADO DE CARGOS E SALARIOS - PUCS Tabela 3

= =====

P L A N O 1

SETEMBRO / 92

=====								
NIVEL	A	B	C	D	E	F	G	
=====								
100	2250.507,28	2323.922,10	2400.044,71	2478.970,78	2560.803,43	2645.653,16	2733.626,67	
101	2478.970,78	2560.803,43	2645.653,16	2733.626,67	2824.844,88	2919.422,50	3017.483,12	
102	2733.626,67	2824.844,88	2919.422,50	3017.483,12	3119.158,94	3224.579,31	3333.887,83	
103	3017.483,12	3119.158,94	3224.579,31	3333.887,83	3447.220,39	3564.729,05	3686.567,69	
104	3333.887,83	3447.220,39	3564.729,05	3686.567,69	3812.895,64	3943.877,29	4079.683,12	
105	3686.567,69	3812.895,64	3943.877,29	4079.683,12	4220.497,33	4366.498,46	4517.875,71	
106	4079.683,12	4220.497,33	4366.498,46	4517.875,71	4674.833,21	4837.573,42	5006.312,22	
107	4517.875,71	4674.833,21	4837.573,42	5006.312,22	5181.265,66	5362.663,53	5550.748,44	
108	5006.312,22	5181.265,66	5362.663,53	5550.748,44	5745.761,57	5947.959,83	6157.607,84	
109	5550.748,44	5745.761,57	5947.959,83	6157.607,84	6374.982,34	6600.363,61	6834.049,78	
110	6157.607,84	6374.982,34	6600.363,61	6834.049,78	7076.348,42	7327.570,85	7588.051,39	

FUNÇÕES GRATIFICADAS / CARGOS DE CONFIANÇA

SETEMBRO / 92

ANEXO I

Tabela 4

FUNÇÕES GRATIFICADAS				CARGOS CONF-CG		
BASE DE CALCULO				NIVEL/ESTAG		
FUNC/GRATIF-FG	%	NIV/EST	VALOR			VALOR
10	40%	110G	3035.220,41	10	110A	6157.607,84
9	35%	110G	2655.818,07	9	109A	5550.748,44
8	30%	110G	2276.415,24	8	108A	5006.312,22
7	25%	110G	1897.012,48	7	107A	4517.875,71
6	25%	108G	1539.401,94	6	106A	4079.683,12
5	20%	108G	1231.521,17	5	105A	3686.567,69
4	25%	105G	1129.468,70	4	104A	3333.887,83
3	20%	105G	903.574,85	3	103A	3017.483,12
2	15%	103G	552.984,85	2	102A	2733.626,67
1	10%	103G	368.656,71	1	101A	2478.970,78

OBS.: O EMPREGADO DESIGNADO PARA O EXERCÍCIO DE FUNÇÃO GRATIFICADA PODERÁ OPTAR EM PERCEBER 20% DO SALÁRIO DE SEU CARGO EFETIVO, AO INVÉS DOS PORCENTUAIS ACIMA ESTIPULADOS.

ANEXO II

PLANO 1

CARGO	NÍVEL ATUAL	NÍVEL PROPOSTO
Assistente Social I	102	103
Assistente Social II	104	105
Cirurgião Dentista I	102	103
Cirurgião Dentista III	106	108
Psicólogo I	102	103
Técnico em Comunicação Social II	104	105
Técnico em Comunicação Social III	106	108
Médico III	106	108

PLANO 3

SITUAÇÃO ATUAL		SITUAÇÃO PROPOSTA	
NÍVEL	CARGO	NÍVEL	CARGO
308	- Conferente de Capacitazias	308	- Conferente de Capacitazias I
309	- Encarregado de Navio	309	- Conferente de Capacitazias II
312	- Encarregado de Operação Portuária	312	- Conferente de Capacitazias III
310	- Encarregado de Operação de Equipamento de Transporte Contínuo		
310	- Encarregado de Operação de Guindastes e Equipamentos Similares	310	- Operador de Empilhadeira, Guindaste e Equipamentos Similares IV
310	- Encarregado de Operação de Empilhadeira e Equipamentos Similares		
308	- Operador de Empilhadeira e Equipamentos Similares III	308	- Operador de Empilhadeira, Guindaste e Equipamentos Similares III
308	- Operador de Guindaste e Equipamentos Similares III		
307	- Operador de Empilhadeira e Equipamentos Similares II	307	- Operador de Empilhadeira, Guindaste e Equipamentos Similares II
306	- Operador de Empilhadeira e Equipamentos Similares I	306	- Operador de Empilhadeira, Guindaste e Equipamentos Similares I
306	- Operador de Guindaste e Equipamentos Similares I		

- A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 72/92

Curitiba, 22 de setembro de 1992.
Senhor Presidente.

De conformidade com o disposto no art. 53, inciso VIII, combinado com o art. 66, inciso I, ambos da Constituição Estadual, tenho a honra de encaminhar a Vossa Excelência, para ser apreciado por essa augusta Casa o incluso anteprojeto de lei dispondo que os policiais civis inativados nos cargos de Inspetores e Guardas de Trânsito terão, respectivamente, proventos equivalentes a classe inicial da carreira de Detetive e à classe da carreira de Agente de Segurança, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil do Estado.

A medida ora proposta decorre do resultado de análise feita pelos órgãos competentes da Administração, através do processo protocolado sob n° 815.398-1/91, onde foram emitidos pronunciamentos da Secretarias de Estado de Administração, da Secretaria de Estado da Segurança Pública e da Casa Civil, todos opinando no sentido de que os ex-Inspetores e Guardas de Trânsito, do Departamento de Trânsito, atualmente aposentados, são merecedores da situação que se lhes pretende assegurar,

tendo em vista que outros inativos da mesma origem funcional, aposentados com lotação em outras unidades policiais têm melhores proventos, como é o caso, por exemplo, dos abrangidos pelo art. 3°, da Lei Complementar n° 29, de 04.04.86.

Por oportuno, vale lembrar que com a extinção da Guarda Civil do Paraná, através do Decreto n° 20.621, de 17 de julho de 1970, seus funcionários foram aproveitados em órgãos policiais civis da Secretaria de Estado da Segurança Pública, entre os quais figurava o então Departamento do Serviço de Trânsito. Posteriormente, face à autarquiaização do referido Departamento, as carreiras estatutárias que compunham seu quadro de pessoal foram extintas e seus integrantes aproveitados em funções de cunho administrativo. Os que se encontravam já aposentados naquelas carreiras ficaram com proventos totalmente desvinculados de parâmetros com as carreiras do Quadro Permanente, fato que resultou numa grande defasagem remuneratória.

Visando corrigir essa distorção e adotando solução idêntica àquela utilizada através do disposto no antes referido art. 2° da Lei Complementar n° 29, de 04.04.86,

servidores em igual situação, não há qualquer sombra de dúvida de que o Plano de Lei ora proposto configura ato justo, oportuno e necessário.

Certo de que a proposição formulada merecerá dessa augusta Casa o necessário apoio e conseqüente aprovação, reitero a Vossa Excelência os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Os ex-integrantes das extintas carreiras de Inspetor de Trânsito e de Guarda de Trânsito, do Departamento de Trânsito, terão, respectivamente, remuneração equivalente à 4ª classe da carreira de Detetive e à 4ª classe da carreira de Agente de Segurança, do Quadro de Pessoal da Polícia Civil.

Art. 2º - O disposto no artigo anterior aplica-se aos inativos nas mesmas condições, cujos benefícios serão concedidos mediante requerimento dirigido ao Secretário de Estado da Administração.

Art. 3º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM Nº 73/92

Curitiba, 28 de setembro de 1992.
Senhor Presidente.

Tenho a honra de submeter à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa o Anteprojeto de Lei que estima a receita e fixa a despesa do Orçamento Geral do Estado para o exercício de 1993, em conformidade com a Constituição Estadual, a Lei Federal nº 4.320, de 17 de março 1964, a Lei de Diretrizes Orçamentárias para 1993 (Lei Estadual nº 10.039, de 16 de julho de 1992) e demais normas legais vigentes.

O presente Anteprojeto de Lei compõe-se do Orçamento Fiscal, do Orçamento Próprio da Administração Indireta e do Orçamento de Investimento das Empresas Públicas e das Sociedades de Economia Mista, bem como sua Programação Orçamentária Global.

A receita total está estimada em Cr\$ 26.888.731.800.000,00 (vinte e seis trilhões, oitocentos e oitenta e oito bilhões, setecentos e trinta e um milhões e oitocentos mil cruzeiros), conforme especificação a seguir:

RECEITAS CR\$ 1.000
(A PREÇOS DE MAIO DE 1992)

1. Receitas de Recolhimen-

to Centralizado	6.916.428,500
Receitas Correntes	6.095.657.000
Receitas de Capital	820.771,500

2. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Autarquias e Órgãos de Regime Especial	1.808.740,700
Receitas Correntes	1.138.148,700
Receitas de Capital	670.592.000

3. Receitas Próprias de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	18.163.562.600
Receitas Correntes	17.126.707.300
Receitas de Capital	1.036.855.300

4. Total da Receita	26.888.731.800
Receitas Correntes	24.360.513.000
Receitas de Capital	2.528.218.800

Com relação à despesa, os recursos previstos para 1993 foram alocados por projetos e atividades, em consonância com as normas legais e resultando na seguinte distribuição:

DESPESAS CR\$ 1.000
(A PREÇOS DE MAIO DE 1992)

1. Com Recursos de Recolhimento Centralizado	6.916.428.500
Despesas Correntes	4.267.615.100
Despesas de Capital	2.648.813.400

2. Com Recursos de Recolhimento Descentralizado das Autarquias e Órgãos de Regime Especial	1.808.740.700
Despesas Correntes	957.244.300
Despesas de Capital	851.496.400

3. Com Recursos de Recolhimento Descentralizado das Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista	18.163.562.600
Despesas Correntes	16.545.837.300
Despesas de Capital	1.617.725.300

4. Total da Despesa	26.888.731.800
Despesas Correntes	21.770.696.700
Despesas de Capital	5.118.035.100

Os anexos que fazem parte deste Anteprojeto de lei contém detalhes sobre o Programa de Trabalho do Governo, bem como informações da situação econômica e financeira do Estado, através da exposição jus-

tificativa.

As estimativas de receitas e despesas para o exercício de 1993 foram calculadas a preços de maio de 1992 e serão corrigidas, antes do início da execução orçamentária, pela previsão de índice de inflação no período compreendido entre junho a dezembro de 1992.

Esclareço que a proposta dos orçamentos estão de acordo com as prioridades estabelecidas pela Lei de Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 1993 e foi elaborada em consonância com o Plano Plurianual para o período 1992 a 1995, aprovado pela Lei Estadual nº 9.882 de 26/12/91, refletindo o conjunto de intenções deste Governo para atender os anseios da população paranaense.

Destacamos a seguir os seguintes programas do Orçamento Fiscal, que exigem contrapartidas do Tesouro Estadual e que constam do presente Anteprojeto de Lei:

CR\$ 1.000

1. Programa - Paraná Rural/BIRD	140.250.800
2. Programa Estadual de Desenvolvimento Urbano - PEDU	154.215.000
3. Programa de Saneamento Ambiental da Região Metropolitana de Curitiba - PROSAN	202.256.000

4. Programa de Conservação de Rodovias Estaduais - BID IV	122.467.700
5. Programa Regional de Apoio ao Pequeno e Médio Produtor Rural - PRAPEM	46.965.800
6. Projeto Qualidade no Ensino Público do Paraná/BIRD	85.939.100
7. Projeto Expansão, Melhoria e Inovação no Ensino Médio do Paraná/BID	21.869.500
8. Programa Casa da Família	135.573.600
9. FERROESTE	348.000.000

O Poder Executivo ficará a disposição, através da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, para quaisquer esclarecimentos que se fizerem necessários.

Aproveito o ensejo para reiterar a Vossas Excelências as expressões de minha mais alta consideração e apreço.

Cordialmente,
(a) ROBERTO REQUIAO
Governador do Estado

QUADRO XII - CONSOLIDAÇÃO DA RECEITA, SEGUNDO A ORIGEM E PRINCIPAIS TÍTULOS - 1993

Cr\$ 1.000

ESPECIFICAÇÃO	TESOURO		OUTRAS FONTES (1)		OUTRAS FONTES (2)		TOTAL	
	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%	VALOR	%
RECEITAS CORRENTES	6.095.657.000	88,13	1.138.148.700	62,92	17.126.787.300	94,29	24.360.513.000	90,60
RECEITA TRIBUTÁRIA	4.545.095.200	65,71		,00		,00	4.545.095.200	16,90
RECEITA DE CONTRIBUIÇÕES		,00	114.439.900	6,33		,00	114.439.900	,43
RECEITA PATRIMONIAL	439.502.000	6,35	289.667.700	16,01	61.091.100	,34	790.260.800	2,94
RECEITA AGROPECUÁRIA	8.000	,00	6.175.900	,34	408.632.400	2,25	414.816.300	1,54
RECEITA INDUSTRIAL	54.000	,00	42.217.700	2,33	2.186.647.100	12,04	2.228.918.800	8,29
RECEITA DE SERVIÇOS	3.671.600	,05	428.227.700	23,68	2.241.950.800	12,34	2.673.850.100	9,94
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	1.007.957.200	14,57	118.511.600	6,55	3.282.073.200	18,07	4.408.542.000	16,40
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	99.369.000	1,44	138.908.200	7,68	8.946.312.700	49,25	9.184.589.900	34,16
RECEITAS DE CAPITAL	820.771.500	11,87	670.592.000	37,08	1.036.855.300	5,71	2.528.218.800	9,40
OPERAÇÕES DE CRÉDITO	697.014.200	10,08	12.118.100	,67	400.394.200	2,20	1.109.526.500	4,13
ALIENAÇÃO DE BENS	1.000	,00	1.485.000	,08	152.500	,00	1.638.500	,01
AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	13.348.700	,19	672.600	,04		,00	14.021.300	,05
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	110.407.600	1,60	650.562.200	35,97	585.304.100	3,22	1.346.273.900	5,01
OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL		,00	5.754.100	,32	51.004.500	,28	56.758.600	,21
TOTAL	6.916.428.500	100,00	1.808.740.700	100,00	18.163.562.600	100,00	26.888.731.800	100,00

(1) Autarquias e Órgãos de Regime Especial

(2) Empresas Públicas e Sociedades de Economia Mista

O quadro a seguir demonstra a distribuição das Despesas por órgãos, segundo as Origens de Recursos.

QUADRO XIX - DESPESAS POR ORGAOS, SEGUNDO A ORIGEM DOS RECURSOS - 1993

Cr\$ 1.000

ESPECIFICACAO	REC.CENTRALIZADOS-TESOURO	X	REC.DESCENTRALIZADOS - O.FONTES	X	VALOR - TESOURO E OUTRAS FONTES	X
PODER LEGISLATIVO	154.000.000	2,23			154.000.000	,57
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA	102.720.000	1,49			102.720.000	,38
TRIBUNAL DE CONTAS	51.360.000	,74			51.360.000	,19
PODER JUDICIARIO	308.140.000	4,46			308.140.000	1,15
TRIBUNAL DE JUSTICA	288.185.300	4,17			288.185.300	1,07
TRIBUNAL DE ALCADA	19.954.700	,29			19.954.700	,07
PODER EXECUTIVO	6.353.930.200	91,87	19.972.303.300	100,00	26.326.241.500	97,91
CHEFIA DO PODER EXECUTIVO	96.206.200	1,39	2.586.371.400	12,95	2.682.577.600	9,98
SEC. DA INDUSTRIA E DO COMERCIO, ENSINO SUPERIOR, CIENCIA E TECNOLOGIA	356.186.700	5,15	353.630.700	1,77	709.817.400	2,64
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO	17.672.300	,26			17.672.300	,07
SEC. DO PLANEJAMENTO E COORDENACAO GERAL	43.912.900	,63	107.592.400	,54	151.505.300	,56
AGE - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEPL	342.457.500	4,95			342.457.500	1,27
SEC. DA COMUNICACAO SOCIAL	13.473.100	,19			13.473.100	,05
SEC. DA ADMINISTRACAO	50.972.900	,74	131.733.200	,66	182.706.100	,68
SEC. DA FAZENDA	169.994.900	2,46	14.379.377.100	72,00	14.549.372.000	54,11
AGE - RECURSOS SOB SUPERVISAO DA SEFA	1.110.740.300	16,06			1.110.740.300	4,13
SEC. DO TRABALHO E DA ACAO SOCIAL	127.467.100	1,84	14.435.000	,07	141.902.100	,53
SEC. DA CULTURA	43.920.300	,64	4.220.000	,02	48.140.300	,18
SEC. DA SEGURANCA PUBLICA	512.435.900	7,41	74.650.000	,37	587.085.900	2,18
SEC. DA EDUCACAO	1.329.795.800	19,23	66.760.400	,33	1.396.556.200	5,19
SEC. DA SAUDE	268.014.800	3,88	132.266.000	,66	400.280.800	1,49
SEC. DA JUSTICA E DA CIDADANIA	105.648.300	1,53	58.491.100	,29	164.139.400	,61
SEC. DA AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO	270.983.000	3,92	129.613.600	,65	400.596.600	1,49
SEC. DO DESENVOLVIMENTO URBANO	378.315.100	5,47	1.454.605.900	7,28	1.832.921.000	6,82
SEC. DOS TRANSPORTES	849.908.000	12,29	406.348.700	2,03	1.256.256.700	4,67
SEC. DO MEIO AMBIENTE	111.917.800	1,62	19.816.800	,10	131.734.600	,49
SEC. ESPECIAL DO ESPORTE E DO TURISMO	17.210.700	,25	15.769.500	,08	32.980.200	,12
SEC. ESPECIAL DA POLITICA HABITACIONAL	135.638.600	1,96	36.621.500	,18	172.260.100	,64
OUVIDOR GERAL DO ESTADO	666.100	,01			666.100	
SEC. ESPECIAL PARA ASSUNTOS EXTERNOS	391.900	,01			391.900	
MINISTERIO PUBLICO	100.270.300	1,45			100.270.300	,37
MINISTERIO PUBLICO	100.270.300	1,45			100.270.300	,37
TOTAL	6.916.428.500	100,00	19.972.303.300	100,00	26.888.731.800	100,00

- A Diretoria Legislativa.

MENSAGEM N° 74/92

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

Curitiba, 28 de setembro de 1992.

Senhor Presidente.

ANTEPROJETO DE LEI

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa, anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.210.000.000,00 (um bilhão, duzentos e dez milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, aprovado pela Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com material de consumo, subvenções sociais e assistência médico-hospitalar no corrente exercício.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da própria Entidade.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.210.000.000,00 (um bilhão, duzentos e dez milhões de cruzeiros), ao vigente orçamento próprio da Fundação Instituto Agrônomo do Paraná - IAPAR, aprovado pela Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações da própria Entidade, conforme Anexo II desta Lei.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01	I
ANEXO				CRS 1.000,00	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		I PROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
0	SECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I I
	AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -	I	I I I		I I
	ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
	I	I	I I I		I I
4082	FUNDACAO INSTITUTO AGRONOMICO DO	I	I I I		I I
	IPARANA - IAPAR	I	I I I		I I
2700	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	I	I I I		I I
	ITECNOLOGICO DE PRODUCAO E	I	I I I		I I
	IRECURSOS AGROPECUARIOS - IAPAR	I	3120.00I40ILI	130.000	I0406I
	I	I	3231.00I40ILI	80.000	I0406I
	I	I	3255.00I40ILI	1.000.000	I0406I
T O T A L I				1.210.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01	I
ANEXO				CRS 1.000,00	I
ICODIGO	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN.DOI
I	I	I DA	IFTIDI		I PROCI
I	I	IDESPESA	I IRI		ICOP I
4000	SECRETARIA DE ESTADO DA	I	I I I		I I
	AGRICULTURA E DO ABASTECIMENTO -	I	I I I		I I
	ENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I I
	I	I	I I I		I I
4082	FUNDACAO INSTITUTO AGRONOMICO DO	I	I I I		I I
	IPARANA - IAPAR	I	I I I		I I
2700	PESQUISA E DESENVOLVIMENTO	I	I I I		I I
	ITECNOLOGICO DE PRODUCAO E	I	I I I		I I
	IRECURSOS AGROPECUARIOS - IAPAR	I	4120.00I40ILI	1.080.000	I0406I
	I	I	4261.00I40ILI	130.000	I0406I
T O T A L I				1.210.000	I

Curitiba, 28 de setembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com o Programa de Controle e Combate da Erosão - PRONOROESTE, executado pela

Curitiba, quarta, em 07.10.92

Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamentos de dotações da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, Instituto de Assistência aos Municípios do Estado do Paraná - FAMEPAR e do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

SUPLEMENTACAO		A N E X O I		FL. 01		I
				CRS 1.000,00		I
I	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DO	
I		I DA	IFTIDI		IPROCI	
		IDESPESA	I IRI		ICOF	I
4100	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I	I
	IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I I I		I	I
	IMEIO-AMBIENTE	I	I I I		I	I
	I	I	I I I		I	I
4102	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I
2659	IPROGRAMACAO A CARGO DA SUCEAM	I 4311.02	I00ILI	1.000.000	I0426I	
	I	I 4311.02	I20ILI	4.000.000	I0426I	
		T O T A L		5.000.000	I	

CANCELAMENTO		A N E X O I I		FL. 01		I
				CRS 1.000,00		I
I	ESPECIFICACAO	INATUREZA	IL	VALOR	IN. DO	
I		I DA	IFTIDI		IPROCI	
		IDESPESA	I IRI		ICOF	I
4100	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I		I	I
	IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I I I		I	I
	IMEIO-AMBIENTE	I	I I I		I	I
	I	I	I I I		I	I
4102	IGABINETE DO SECRETARIO -	I	I I I		I	I
	IENTIDADES VINCULADAS	I	I I I		I	I
1067	IPROGRAMA ESTADUAL DE	I	I I I		I	I
	IDESENVOLVIMENTO URBANO - PEDU/FDUI	I 4313.00	I00ILI	610.000	I0426I	
1068	IINTEGRALIZACAO DE CAPITAL NA	I	I I I		I	I
	ISANEPAR PARA SISTEMAS DE AGUA E	I	I I I		I	I
	IESGOTO	I 4311.02	I20ILI	4.000.000	I0426I	
4103	IDIRETORIA GERAL	I	I I I		I	I
2523	IGERENCIAMENTO DA ESTRUTURA	I	I I I		I	I
	IADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA	I	I I I		I	I
	ISEDU	I 3132.00	I00ILI	390.000	I0426I	
		T O T A L		5.000.000	I	

SUPLEMENTACAO		A N E X O I I I			FL. 02	I
					CRS 1.000,00	I
I	I	INATUREZA	IL	IN DO		
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	IPROCI	VALOR	
I	I	IDESPESA	I IRI	ICOP		I
00	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I	I		I
	IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I I I	I		I
	IMEIO-AMBIENTE - ENTIDADES	I	I I I	I		I
	IVINCULADAS	I	I I I	I		I
	I	I	I I I	I		I
4284	ISUPERINTENDENCIA DO CONTROLE DA	I	I I I	I		I
	EROSAO E SANEAMENTO AMBIENTAL -	I	I I I	I		I
	ISUCEAM	I	I I I	I		I
1122	ICONTROLE E COMBATE DA EROSAO -	I	I I I	I		I
	IPRONOROESTE	I	4130.00I00ILI	1.000.000	I0426I	
	I	I	4130.00I20ILI	4.000.000	I0426I	
		T O T A L			5.000.000	I

CANCELAMENTO		A N E X O I V			FL. 02	I
					CRS 1.000,00	I
I	I	INATUREZA	IL	IN DO		
ICODIGO	ESPECIFICACAO	I DA	IFTIDI	IPROCI	VALOR	
I	I	IDESPESA	I IRI	ICOP		I
4200	ISECRETARIA DE ESTADO DO	I	I I I	I		I
	IDESENVOLVIMENTO URBANO E DO	I	I I I	I		I
	IMEIO-AMBIENTE - ENTIDADES	I	I I I	I		I
	IVINCULADAS	I	I I I	I		I
	I	I	I I I	I		I
4286	IFUNDACAO DE ASSISTENCIA AOS	I	I I I	I		I
	IMUNICIPIOS DO ESTADO DO PARANA -	I	I I I	I		I
	IFAMEPAR	I	I I I	I		I
1127	IEMPRESTIMOS AOS MUNICIPIOS -	I	I I I	I		I
	IPEDU/FDU	I	4270.00I00ILI	610.000	I0426I	
4289	ICOMPANHIA DE SANEAMENTO DO PARANA	I	I I I	I		I
	I- SANEPAR	I	I I I	I		I
1804	IOBRAS DE ABASTECIMENTO DE AGUA	I	4110.00I20ILI	2.000.000	I0426I	
1805	IOBRAS DE ESGOTOS SANITARIOS	I	4110.00I20ILI	2.000.000	I0426I	
		T O T A L			4.610.000	I

A Diretoria Legislativa.

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1º - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 5.000.000.000,00 (cinco bilhões de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2º - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente de cancelamentos de dotações, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3º - Em decorrência do contido nos artigos 1º e 2º desta lei, ficam alterados os orçamentos próprios da Superintendência do Controle da Erosão e Saneamento Ambiental - SUCEAM, Instituto de Assistência aos Municípios do Paraná - FAMEPAR, e o orçamento de investimentos da Companhia de Saneamento do Paraná - SANEPAR, aprovados pela Lei Estadual nº 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexos III e IV desta lei.

Art. 4º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

MENSAGEM N° 76/92

Curitiba, 28 de setembro de 1992.

Senhor Presidente.

Tenho a honra de apresentar à elevada consideração dessa egrégia Assembléia Legislativa anteprojeto de lei que aprova a abertura de crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado do Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991, visando atender despesas com Operação Verão 92/93.

Esclareço também que os recursos para a cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio Órgão.

Certo de poder contar com a atenção dessa egrégia Assembléia, reitero a Vossa Excelência as expressões do meu mais alto apreço e consideração.

(a) ROBERTO REQUIÃO
Governador do Estado

ANTEPROJETO DE LEI

Art. 1° - Fica aprovado um crédito suplementar no valor de Cr\$ 1.000.000.000,00 (um bilhão de cruzeiros), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado e Desenvolvimento Urbano, aprovado pela Lei Estadual n° 9.883, de 26 de dezembro de 1991, conforme Anexo I desta Lei.

Art. 2° - Servirá como recurso para a cobertura do crédito de que trata o artigo anterior, igual importância proveniente do cancelamento de dotação, conforme Anexo II desta lei.

Art. 3° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ANEXO I		FL. 01	
		CR\$ 1.000.000,00	
ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	VALOR	IN. DOI
	1	2	3
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE	I I I		I
DIRETORIA GERAL	I I I		I
SECRETARIA GERAL DA OPERACAO VERAO	1 4130.0010011	1.000.000	104251
TOTAL		1.000.000	I

ANEXO II		FL. 01	
		CR\$ 1.000.000,00	
ESPECIFICACAO	INATUREZA DA DESPESA	VALOR	IN. DOI
	1	2	3
SECRETARIA DE ESTADO DO DESENVOLVIMENTO URBANO E DO MEIO-AMBIENTE	I I I		I
DIRETORIA GERAL	I I I		I
COORDENADORIA DA ESTRUTURA ADMINISTRATIVA E PROGRAMATICA DA SEDU	1 3132.0010011	1.000.000	104251
TOTAL		1.000.000	I

Ofícios:

Sob os n°s DTL/SAT/246 e 255/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Vetado Integralmente os Projetos de Lei n°s 178/92 e 110/92, por julgá-los contrários aos interesses públicos. **A Comissão de Constituição e Justiça.**

Sob o n° 1595/92, do Senhor Rafael Iatauro - Presidente do Tribunal de Contas, comunicando para efeito do mandamento constitucional, que se encontra vago, naquele Tribunal, um cargo de Auditor. Esclarece, ainda, que tal vacância se deu em decorrência da aposentadoria do auditor Fabiano Saporiti Campêlo, cujo Decreto Governamental n° 1586, publicado no Diário Oficial do Estado n° 3845, de 11 de setembro de 1992, foi registrado naquele Tribunal em Sessão Plenária de 24 de setembro de 1992, pelo Acórdão n° 3024/92. - **Ao conhecimento da Casa.**

Sob n° 1617/92, do Senhor Rafael Iatauro - Presidente do Tribunal de Contas, encaminhando anteprojeto de lei, referente a adaptação na estrutura de cargos do Quadro de Pessoal do Tribunal de Contas do Paraná. **Ao conhecimento da Casa.**

Sob os n°s DTL/SAT/247, 248, 249, 250, 251, 252, 253 e 254/92, do Senhor Governador do Estado, comunicando haver Sancionado os Projetos de Lei números:

202/92:

De autoria do Deputado Antônio Annibelli, que declara de Utilidade Pública o Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Clevelândia, com sede e foro na Cidade de Clevelândia, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.082. **Anote-se - Arquivo-se.**

210/92:

De autoria do Deputado Anibal Khury, que declara de Utilidade Pública a Escola de Cantores S. Pio X, com sede e foro no Município de Curitiba, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.083. **Anote-se - Arquivo-se.**

213/92:

De autoria do Deputado João Preis, que declara de Utilidade Pública a Associação Cultural e Beneficente Kairos, com sede e foro em Maringá, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.084. **Anote-se - Arquivo-se.**

214/92:

De autoria do Deputado Duílio Genari, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Pestalozzi de Catanduvas, com sede e foro no Município de Catanduvas, Estado do Paraná, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.085. **Anote-se - Arquivo-se.**

247/92:

Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 588.100.000,00, ao vigente orçamento do Tribunal de Contas, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.086. **Anote-se - Arquivo-se.**

248/92:

Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000.000,00, à Administração dos Portos de Paranaguá e Antonia - APPA, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.087. **Anote-se - Arquivo-se.**

241/92:

Do Poder Executivo, que aprova crédito suplementar no valor de Cr\$ 40.000.000.000,00, à FUNDEPAR, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.088. **Anote-se - Arquivo-se.**

240/92:

Do Poder Executivo que, aprova crédito suplementar no valor de Cr\$859.000.000,00, à Chefia do Poder Executivo, conforme especifica, o qual convertido em Lei tomou o n° 10.089. **Anote-se - Arquivo-se.**

OFÍCIO N° 252/92

Senhor Presidente.

Dirijo-me a Vossa Excelência para solicitar a gentileza de justificar minha ausência aos trabalhos parlamentares nos dias 14, 22, 23 e 24 do mês de setembro próximo passado, tendo em vista compromissos assumidos junto à comunidade do Noroeste do Estado.

Sendo só o que se me oferece no momento, permita-me, ao ensejo, antecipar agradecimentos pela atenção.

Sala das Sessões, em 07.09.92

(a) ARLINDO TROIAN

Requerimentos:

REQUERIMENTO N° 1469

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, licença do mandato parlamentar para assumir o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba, em substituição ao arquiteto Jaime Lerner, conforme o Ofício n° 984/92, em anexo, no período de 04/10 a 12/10/92.

Sala das Sessões, em 07.10.92

(a) ALGACI TÚLIO

Ofício n° 984/92

Curitiba, 02 de outubro de 1992.
Senhor Vice-Prefeito.

Tenho a honra de comunicar à Vossa Senhoria que conforme autorização da Câmara

ra Municipal de Curitiba, irei me ausentar do Cargo de Prefeito Municipal para tratar de assuntos particulares.

O prazo de afastamento do cargo será de 04 a 12.10.92.

Assim, fica Vossa Senhoria convidado a assumir o cargo de Prefeito, no período acima mencionado, de conformidade com a legislação vigente.

JAIME LERNER
Prefeito Municipal.

Ao Senhor
Algaci Osmário Túlio
VICE-PREFEITO MUNICIPAL DE CURITIBA
Palácio 29 de Março
N/EDIFÍCIO

REQUERIMENTO N° 1467

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais, REQUER, após ouvido o Plenário, a consignação, na Ata dos trabalhos da Sessão de hoje, de voto de profundo pesar pelo falecimento da Sra. MARIA DA LUZ LEAL, ocorrido em 04.10.92, em PIÊN.

Sala das Sessões, em 07.10.92.

(a) ANTONIO ANNIBELLI.

JUSTIFICATIVA:

Com a idade de 82 anos faleceu, em Piên, a Sra. Maria da Luz Leal, viúva de Manoel Alves Procópio.

A extinta deixou filhos, netos e bisnetos.

O passamento da Sra. Maria da Luz veio abrir lacuna no seio da família, bem como de seu vasto círculo de amizades.

O destino privou seus familiares do seu convívio, entretanto, no céu, as mãos têm muito mais espaço para cobrirem de bênçãos a cada um de seus filhos; Sua alma engrandecerá o Senhor que olhará para a condição humana de sua serva Maria da Luz.

O tempo e a distância jamais poderão apagar de nossos corações a lembrança daquela que soube conquistar a nossa amizade.

A Assembléia Legislativa do Estado do Paraná, através deste Deputado cumpre o dever de associar à dor que abalou a família Leal, endereçando a ela voto de profundo pesar, rogando a Deus para que a todos conforte.

REQUERIMENTO N° 1468

Senhor Presidente.

O Deputado que subscreve o presente, de conformidade com suas atribuições regimentais, REQUER à Mesa, após ouvido o Plenário, seja encaminhado, através da Presidência desta Casa de Leis, VOTOS DE CONGRATULAÇÕES, ao Digníssimo Senhor Doutor HUGO CESAR HOESCHL, Promotor de Justiça da Comarca de GRANDES RIOS, pela dignidade,

Curitiba, quarta, em 07.10.92

probidade, lisura e firmeza com que vem conduzindo os trabalhos naquela Comarca. É com relevantes serviços prestados que enaltece e nos proporciona confiança no nosso Ministério Público.

Requer, ainda, seja encaminhada cópia ao Procurador Geral do Ministério Público, Excelentíssimo Senhor Doutor Luiz Carlos Delázari.

Sala das Sessões, em 07.10.92.

(a) EDSON SILVA LINO.

REQUERIMENTO N° 1466

Senhor Presidente.

O Deputado que o presente subscreve, no uso de suas prerrogativas regimentais, REQUER, ouvido o Douto Plenário, seja consignado UM VOTO DE LOUVOR à atleta paranaense DAILZA DAMAS RIBEIRO pelo memorável feito de proceder a travessia do Canal da Mancha a nado, dando-se ciência do presente à homenageada, que reside à Rua José de Alencar n° 1233, Ap. 34, C.E.P. 80.040.070, nesta Capital.

Sala das Sessões, em 07.10.92.

(a) ALCEU SWAROWSKI.

JUSTIFICATIVA:

A esforçada atleta paranaense Dailza Damas Ribeiro aprendeu a nadar há apenas seis anos, ao fazer companhia para seu filho, que necessitava de tratamento hidroterápico.

Entusiasmada com a natação, resolveu participar de provas esportivas, mas, chegou à conclusão que deveria dedicar-se a competições de longas distâncias. Obstinação, passou os últimos quatro anos treinando para tentar atravessar o Canal da Mancha.

Chegado o dia do grande teste, nas primeiras horas de um domingo, partiu de uma praia da Inglaterra em direção à costa francesa. O tempo brusco e as fortes chuvas não impediram que a valorosa Dailza após 19:16 horas de muita luta, chegasse em Calais, conseguindo assim, o grande feito, reconhecido por todos os brasileiros e também pelos meios de divulgação do mundo todo.

É justo, portanto, que esta Casa lhe preste a homenagem ora proposta, por ter engrandecido o nome do Paraná, premiando, assim, o seu grande esforço, como estímulo para que prossiga ganhando outros desafios, com o apoio e reconhecimento de todos os paranaenses.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Está encerrada a Hora do Expediente.
Passa-se à

ORDEM DO DIA,

com a presença de 40 srs. Deputados.

Sobre a mesa, Ofício nº 252/92, subscrito pelo Sr. Deputado Arlindo Troian, constante do expediente, solicitando justificativa de ausência nas Sessões Plenárias dos dias 14, 22, 23 e 24 próximo passado, em função de compromissos assumidos na Região Noroeste do Estado. - **A Diretoria Legislativa, para anotar.**

Requerimento de autoria do Sr. Deputado Algaci Túlio, constante do expediente, solicitando licença do seu Mandato Parlamentar para assumir o cargo de Prefeito Municipal de Curitiba, em substituição ao arquiteto Jaime Lerner, conforme Ofício nº 984/92, em anexo. - **Aprovado.**

Passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos Srs. Deputados:

EM VOTAÇÃO

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/92, de autoria do Deputado ANIBAL KHURY, que autoriza a criação de uma Delegacia de Polícia Feminina no Município de União da Vitória. Com PARECERES FAVORÁVEIS da C.C.J. e C.S.P. COM EMENDAS DE PLENÁRIO com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J.

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 204/92

P A R E C E R:

Trata-se de Emenda Modificativa Corretiva apresentada pelo nobre Deputado José Tavares, que visa adequar a terminologia empregada pelo autor do projeto, quanto ao órgão a ser criado, na forma da expressão constante na estrutura organizacional básica da Polícia Civil do Estado.

Somos de parecer favorável à aceitação da emenda e pela tramitação do projeto.

É o nosso parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COLOMBINO GRASSANO - Relator

- **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**
Emenda - **Aprovada.**

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 038/92, de autoria do Deputado DOBRANDINO DA SILVA, que declara de Utilidade Pública o PROVOPAR - PROGRAMA DO VOLUNTARIADO DE GUARANIAÇU, com sede e foro no Município de Guaraniaçu. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 11, de 09.03.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 038/92

P A R E C E R:

De autoria do ilustre Deputado Dobrandino da Silva, chega a esta Comissão o projeto de lei em epígrafe, que objetiva declarar de Utilidade Pública o PROVOPAR - Programa do Voluntariado de Guaraniaçu, com sede e foro no Município de Guarania-

çu.

Em parecer emitido anteriormente, observamos que a referida entidade não cumpriu um dos dispositivos especificados pela Lei nº 6994, referente ao prazo para formalização dos seus estatutos.

Retorna o projeto para novo parecer tendo em vista que o prazo de um ano estabelecido pela lei já foi atingido.

Desta forma, opinamos favoravelmente à aprovação do presente.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

COSTENARO NETO - Relator

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 199/92, de autoria do Deputado DOMINGOS FAUSTINO DE CARVALHO, que declara de Utilidade Pública o CONSELHO COMUNITÁRIO DO HOSPITAL ANA FIORILLO MENARIM, com sede e foro na cidade de Castro. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - **Aprovado. (Publ. no D.A. nº 100, de 30.06.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 199/92

P A R E C E R:

Ora sendo examinado por esta Comissão de Constituição e Justiça, o Projeto de Lei nº 199/92, de autoria do nobre Deputado Domingos Faustino de Carvalho, que visa declarar de Utilidade Pública o Conselho Comunitário do Hospital Ana Fiorillo Menarim, com sede e foro na cidade de Castro, Estado do Paraná.

Constatamos que o presente plano de lei encontra-se devidamente instruído com a documentação exigida pela Lei nº 6994, de 10 de janeiro de 1978, dispositivo este que dita as normas a serem seguidas para que uma entidade possa ser declarada de Utilidade Pública.

Além das considerações acima expostas, a justificativa apresentada pelo autor nos convence plenamente da sua oportunidade, razões pelas quais emitimos o nosso parecer favorável.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.08.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente

MÁRIO BEZERRA - Relator

1ª DISCUSSÃO - Do Projeto de Lei nº 237/92, de autoria da Deputada EMILIA BELINATI, que declara de Utilidade Pública à Associação dos Moradores do Jardim Santos Dumont, com sede e foro na Cidade de Paranavaí, Estado do Paraná. Com PARECER FAVORÁVEL da C.C.J. - **Aprovado. (Public. no D.A. nº 124 de 01.09.92).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 237/92.

P A R E C E R:

O referido Projeto de Lei 237/92, de autoria da Deputada Emilia Belinati, declara de Utilidade Pública a Associação dos Moradores do Jardim Santos Dumont, de Paranavaí.

Nos termos estritos da competência firmada a esta Comissão de Constituição e Justiça, nada obsta à normal tramitação e aprovação da matéria por esta Assembléia Legislativa.

S.M.J., é o parecer.

Sala das Comissões, em 22.09.92.

(aa) ERONDY SILVÉRIO - Presidente;

PAULO MAIA - Relator.

O SR. PRESIDENTE (Heinz Herwig) - Sobre a mesa, Requerimento nº 1467 de autoria do Sr. Deputado Antônio Annibelli, constante do expediente.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1466, de autoria do Sr. Deputado Alceu Swarowski, constante do

expediente.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1468, de autoria do Sr. Deputado Edson Silva Lino, constante do expediente.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Requerimento nº 1457, de autoria do Sr. Deputado Colombino Grassano, constante do expediente de sessão anterior.-Aprovado. À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente sessão, marcando outra para quinta-feira, dia 08, à hora regimental, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

- 3.^a DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 204/92.
- 2.^a DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 038, 199 e 237/92.

Levanta-se a sessão.